Uma colaboração de: mapa: Jornal de Informação Crítica & TERRA BATIDA

LUTAS PELO TERRI-TÓRIO

Nas lutas contra a mineração e as monoculturas ou em defesa dos rios, os conflitos ambientais e sociais são a voz das populações no combate pelo futuro e pela qualidade de vida.

NÃO HÁ IMPOSSÍVEIS!

FILIPE NUNES / FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Bajouca, 2019.

FERNANDA PEREIRA

O Jornal MAPA cruzou-se com a Terra Batida por partilhar uma inquietação, que será óbvia para quem acompanha estas páginas nos últimos 8 anos. Partindo de encontros e residências artísticas, o projeto desafiava-se a «mapear conflitos e contextos socioambientais em diferentes regiões do território português»; a «desenvolver, a médio prazo, uma rede de conhecimento interdisciplinar e descentralizada sobre ecocídio e biodiversidade, cruzando casos de estudo e as especificidades de cada região do território português, com problemáticas globais e históricas, de âmbito ambiental e social.» Acreditando «que o conhecimento singular e local, aliado ao pensamento e ação em rede, são uma das formas de resistência às inúmeras formas de violência ecológica e às políticas de abandono que o presente convoca». Esta inquietação tem sido precisamente um dos eixos de aproximação deste jornal a um leque diversificado de coletivos, de pessoas e de espíritos não resignados. Um cruzamento, muitas vezes insuspeito, que tem vindo a delinear uma comunidade de leitores que é, no fim de contas, o alimento deste projeto voluntário de informação critica.

A presente publicação suplementar do Jornal MAPA, custeada pela referida parceria, de edição gratuita e tiragem limitada, seguiu para todos/as os/as assinantes, a quem devemos inteiramente a continuação do jornal. Apelando, claro, a quem ainda não se nos juntou, para que o faça.

O mote desta edição, Lutas pelo Território, comporta em «território» o desafio de se ultrapassar a redutora dimensão ambiental dos conflitos, sublinhando o lado social e a capacidade transformadora que estes processos desencadeiam. Nas comunidades e na relação humana com a natureza, seja ela individual ou coletiva. No potencial de subverter hierarquias ou os primados cegos da economia industrial. Na possibilidade de se regenerar a paisagem a partir da participação plena e direta das pessoas e de observação atenta do que os demais seres nos comunicam.

O sentido de Lutas pelo Território lança ainda o desafio de ir além do nicho do ativista ambiental e do corpo técnico que lhe é acoplado. Ambas as dimensões, do ativismo e da argumentação científica, não são despiciendas, longe disso, mas encerrar uma luta nesse círculo é condenar o seu verdadeiro alcance popular. O envolvimento das populações nas lutas de mineração é o exemplo mais recente de como as lutas pelo território comportam um significado que emerge para lá do conflito ambiental. Rompendo os ditames que circunscrevem estes conflitos a essa esfera e que nos querem fazer crer que a única saída está nos processos de avaliação ambiental, onde, mais facilmente, serão legitimados os impactes, através de um «caderno de encargos» de minimizações técnicas que, para todas as escalas, é sempre possível virem a ser ajustadas.

não podemos continuar a olhar para estas lutas como desligadas da política, aqui entendida no sentido de «repensar o mundo»

Aqui chegados, não podemos continuar a olhar para estas lutas como desligadas da política, aqui entendida no sentido de «repensar o mundo» – a nossa aldeia é também um mundo – e não da gestão continuada da política e dos políticos para a manutenção da atual ordem que comanda os destinos dos territórios sob a égide do capitalismo, seja ele de crescimento infinito ou tingido, aqui e ali, de verde. E esse é talvez o momento mais conflitual das lutas pelo território: entender que não é apenas o meu quintal, nem é apenas o meu estilo de vida que está em causa, o meu vale, a minha serra, a minha ribeira, a minha saúde. Esses serão tão somente os catalisadores que nos devem unir para encontrar soluções alternativas para a vida em comunidade. O que muitas vezes passa pela redescoberta, na memória dos lugares, do ancestral «comum»; ou, ao invés, pela rutura provocada pela descoberta de outras formas de nos relacionarmos em comum ou de estilos de vida.

O sentido de Lutas pelo Território revela-se, por fim, num perturbante sinal enviado aos gestores do mundo: Não há impossíveis! Quando o jornal MAPA apresentou a sua edição sobre os planos de extração de gás e petróleo, em janeiro de 2014, numa sessão pública no Barreiro, que levou nessa mesma noite ao nascimento de um coletivo de luta, algo parecia adivinhar-se, sem que então arriscássemos prever o que poderia acontecer no imediato. Mas os impossíveis não existem. Que o digam os habitantes da Bajouca quando, em setembro de 2020, puderam finalmente celebrar, juntamente com outras tantas populações, coletivos e associações, a renúncia dos últimos dois contratos petrolíferos em Portugal. A luta ambiental deixara de ser simplesmente etiquetada e arrumada nessa categoria, assumindo-se e destacando-se há muito como uma luta social. Uma luta pelo território.

ESTRATÉGIAS PARA ACARRAR TERRA BATIDA

MARTA LANÇA E RITA NATÁLIO

«Acarrar»: diz-se do gado que se congrega para passar a hora do calor, deitando-se junto e com as cabeças muito acercadas de modo a acumular dióxido de carbono, criando uma atmosfera desagradável para moscas e parasitas. Tal como o prazer da sesta do gado lanígero amodorrado, há algo desse «acarro coletivo» em Terra Batida, projeto que arranca em 2020. Terra Batida parte do intuito de reunir pessoas, práticas e saberes em disputa com formas de violência ecológica e políticas de abandono. Fazer rede mantendo autonomia, mapear conflitos socioambientais, friccionar saberes, linguagens, perspectivas e impasses, acompanhar contextos específicos e agregar conhecimento singular e local foram alguns dos desejos que moveram residências de pesquisa e encontros entre intervenientes das áreas da dança, cinema, performance, artes visuais, com cientistas, agrónomos, arqueólogos, cooperativas e ativistas nas regiões de Ourique, Castro Verde, Montemor-o-Novo, Aveiro, Ílhavo e Gafanha da Nazaré.

Terra Batida convoca resistência aos abusos extrativos e também pede cuidado: para especular e fabular, para construir visões e vidências sensoriais entre mundos exauridos e exaustos. Conectar lugares, disciplinas e preocupações permite pensar e operar em diferentes escalas, e assim emaranhar práticas de denúncia com agentes de resistência e de restauração que atuam em territórios particulares, nem sempre em diálogo, embora atravessados pelo ataque global do capitalismo extrativo e seus modelos hegemónicos de predação e de acumulação neoliberal. Afinal, todos estes problemas são matéria de conflitos sociais, raciais e interespécie, são malhas que exigem o vínculo local e a expansão de uma ação coletiva multifocal e multiescalar.

Ao longo de encontros de pesquisa no Baixo Alentejo, foi discutido o modelo político-económico de intervenção na paisagem e suas drásticas transformações territoriais, sobretudo a partir dos modos de produção trazidos pelos regadios do Alqueva, e as graves consequências para os solos e de razia à biodiversidade. Os temas de debate abrangeram as técnicas de produção superintensiva (olival, amendoal e estufas) e implicações físicas e laborais da agricultura industrial; posse e usufruto da terra; marcas humanas na paisagem ao longo dos tempos (história e arqueologia), ao longo do espaço (solos, montado, seca, transumância e criação de animais); a construção de comunidades e memória; a desertificação; a extração de trabalho migrante; a falta de água e de gente.

PEDRO CASTANHEIRA

O grupo de residentes no Monte das Doceitas, em Ourique, fez várias saídas de campo. O agrónomo João Madeira mostrou o seu projeto de criação de ovelha campaniça, em Mértola. O arqueólogo Miguel Rego, responsável em 2015 pela abertura do Núcleo dos Aivados/Aldeia Comunitária do Museu da Ruralidade, acompanhou a visita à Herdade dos Aivados em Castro Verde, uma das mais antigas experiências comunitárias de toda a região do Alentejo. As biólogas e investigadoras Inês Catry e Marta Acácio apresentaram o seu trabalho na Reserva da Biosfera de Castro Verde, de grande importância para muitas espécies de aves hoje ameaçadas. Foi debatida a «pseudo-estepe cerealífera», um ecossistema agrícola moldado pela ocupação humana e que se caracteriza pela quase ausência de árvores, e onde a rotação do cultivo extensivo de cereais e pousio em terras de grandes dimensões, deram origem a um contexto único para aves estepárias como a abetarda, o sisão, o francelho, o rolieiro, entre outras. No circuito arqueológico do Castro da Cola, Samuel Melro ampliou a leitura da paisagem, a partir das permanências e rupturas do povoamento humano de há 5 mil anos aos nossos dias, considerando as teorias de um Antropoceno lento, discutidas pelo antropólogo James C. Scott. No Monte das Doceitas, o artista Bruno Caracol partilhou o projecto Marte, que olha para as transformações da paisagem a partir da terraformação de Marte, e ainda o projeto Quando a Matilha Cerca o Fogo, em torno dos fojos do lobo. Foi ainda visionado o filme *Suzanne Daveau*, de Luísa Homem, que circula entre os inúmeros espaços-mundo percorridos por esta geógrafa de origem francesa que tanto contribuiu para pensar o território português.

Em Montemor-o-Novo, numa residência no Espaço do Tempo, o programa contou com debates com a realizadora Sílvia das Fadas em torno do seu filme *Luz, Clarão, Fulgor - Augúrios para um enquadramento não hierárquico e venturoso*, e com uma apresentação do arquitecto João Prates Ruivo, que investiga políticas do solo e a centralidade do solo como construção tecno-científica para a naturalização de certas apreensões políticas e económicas da terra. O grupo em residência foi conhecer alguns projetos locais como a cooperativa integral Minga e a Herdade do Freixo do Meio que, desde 1990, elegeu a agroecologia como ética de gestão das suas terras.

Na região de Aveiro, Gafanha da Nazaré e Ílhavo, através de uma residência de duas semanas apoiada pelo projeto 23 Milhas, o ponto de partida da pesquisa

PEDRO CASTANHEIRA

foi guiado pela relação limítrofe entre habitação humana e as suas relações com o mar, a partir da erosão acelerada da linha costeira, do aumento vertiginoso do tráfego portuário, da subida do nível dos mares e do desaparecimento do ecossistema da ria.

A jurista Maria Inês Gameiro fez uma apresentação sobre Direito do Mar, um campo de imaginação política particularmente sugestivo. Maria Inês Gameiro considera que «o objeto de que se ocupa, a extensão oceânica, constitui um mistério imenso onde, apesar dos progressos da ciência, o desconhecimento é vasto. E, porém, a cada descoberta são revelados novos motivos de admiração: o papel do oceano na regulação do clima e a profunda interdependência ecológica entre os vários espaços marinhos, tornando-nos a todos responsáveis por todos. Mas a natureza específica do direito do mar resulta também da real ausência de fronteiras, de limites, que convoca um permanente diálogo interdisciplinar e uma abordagem jurídica que inclua as realidades ecológica, económica e política. O "novo" direito do mar recebeu um impulso decisivo com a aprovação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982), chamada a "constituição dos oceanos". Esta Convenção trouxe a extensão das soberanias nacionais a zonas marítimas mais alargadas, mas também a formulação do regime da Área, um espaço que ocupa cerca de 30% da superfície total do planeta e que foi consagrado como património comum da humanidade. Hoje, esta ideia revolucionária nos anos 70 de um princípio que define um espaço comum, de todos, foi-se fragilizando perante a realidade. Há, ao mesmo tempo, um sentido de urgência e emergência que exigem, e devem exigir, muito mais do direito. O direito do mar é precisamente um campo onde a mudança se pode construir.»

Tendo estas ideias no horizonte, vários foram os mergulhos nesse período em residência. O trabalho do canal de *media* ambiental Pólen, com a presença de Inês Abreu e Rita Brás, que tem acompanhado em vídeo inúmeros conflitos ambientais em Portugal, movimentos sociais e comunidades envolvidas; o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Câmara Municipal de Ílhavo, com João Telha do Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano; a pesquisa «Disputas pela Imaginação Oceânica» de Margarida Mendes, envolvendo um debate sobre mineração no mar profundo e políticas sónicas. Tiveram ainda lugar encontros com a organização não-governamental ECOMARE que trabalha com a conservação de espécies marinhas; visitas ao projeto sobre biodiversidade, a Bioria, da Câmara Municipal de Estarreja; encontros com associações ligadas à recuperação florestal, como a Bioliving, que incentiva a cidadania ambiental e a participação pública na defesa dos valores naturais; ou a rearticulação da ação cidadã com o movimento Aveiro em Transição; e ainda uma visita à profusa história da pesca do bacalhau e das migrações dos ílhavos, retratada pelo Museu Marítimo de Ílhavo.

Estas discussões foram atravessadas por artistas convidades que acompanharam o programa e propuseram igualmente práticas e leituras, para depois elegerem pontos de partida para pesquisas autónomas no contexto do Terra Batida. Assim, após o conjunto de residências organizado entre junho e setembro de 2020, parte deste processo é reativado através de um grande encontro no Teatro Municipal São Luiz, durante o Festival Alkantara, entre os dias 14 e 28 de novembro de 2020. O programa reúne augúrios e propostas de Ana Rita Teodoro, Joana Levi, Marta Lança, Maria Lúcia Cruz Correia, Rita Natálio, Sílvia das Fadas e Vera Mantero, assim como uma série de conversas com Samuel Melro, Teresa Castro, João Prates Ruivo, Maria Inês Gameiro, Margarida Mendes, Greve Climática Estudantil, Climáximo, entre outres. Assinala-se também, no evento, a parceria com o Jornal MAPA, potenciando parte dos objetivos deste jornal, no mapeamento e denúncia de conflitos ambientais, assim como de alternativas resistentes, em particular nas reflexões que a mineração e os modelos de produção agroindustrial ou a defesa dos rios tem suscitado.

Disponibiliza-se ainda um *website* Terra Batida desenhado por Nuno da Luz e programado por João Costa, com apoio editorial das curadoras Margarida Mendes e Marta Mestre, o qual pretende expandir o campo do pensamento ecológico interseccional, congregando ensaios, propostas artísticas e agendas de diferentes aliades.

Num futuro próximo, Terra Batida pode vir a materializar redes de ação para gerar posicionamentos públicos concertados, ações concretas de mitigação e de recusa ao modelo económico e social vigente, camuflado de agendas de *greenwashing* e descarbonização, sem real questionamento do festim energético e extrativo com responsabilidade nas galopantes alterações climáticas. Parte desse trabalho passa por mover propostas entre jornalismo, ciência, arte e diversas ações de resistência e de pensamento crítico, com o objetivo de compostar práticas artísticas, ferramentas investigativas e visualizações políticas alternativas em contextos territoriais distintos. Em 2021, prevê-se a organização de mais duas residências em Lisboa e na Serra d'Aire, a primeira com foco na cidade e nos trânsitos em diferentes escalas (centro/periferia, rural/urbano, nacional/internacional, passado/futuro, local/global) e a segunda com foco nos processos de desflorestação e reflorestação, e o risco extremo de incêndios que acomete a região todos os anos. Essas residências contam com a participação da coreógrafa Ana Pi e do artista visual Irineu Destourelles que, devido ao contexto pandémico, não puderam participar da edição deste Terra Batida em 2020.

Proposta rede Terra Batida_ **Marta Lança e Rita Natálio**

Propostas artísticas_ **Ana Rita Teodoro, Joana Levi, Maria Lúcia Cruz Correia, Marta Lança, Rita Natálio, Sílvia das Fadas e Vera Mantero.**

Artistas 2021_ **Ana Pi e Irineu Destourelles**

Diálogos_ **Bruno Caracol, Claraluz Keiser, Inês Catry (com Marta Acácio), João Madeira, João Prates Ruivo, João Telha, Luísa Homem, Margarida Mendes, Maria Inês Gameiro, Miguel Rego, Samuel Melro, Sílvia das Fadas, Teresa Castro.**

Encontros_ **Aveiro em Transição, Bioria, Bioliving, Climáximo, CEDRU, Circuito Arqueológico de Castro Cola, Comunidade dos Aivados, Cooperativa Integral Minga Montemor, ECOMARE/CPRAM, Fonte de Água Santa de São Miguel, Greve Climática Estudantil, Herdade do Freixo do Meio, Herdade Monte dos Gregórios, Museu Marítimo de Ílhavo, Passeio de Identificação de Plantas Comestíveis e Medicinais (Évora), Projeto AIRSHIP/UA, Projeto conservação de aves estepárias (Campo Branco).**

Proposta cénica e direção técnica_ **Leticia Skrycky**

Equipa editorial plataforma digital_ **Marta Mestre, Margarida Mendes**

Plataforma digital_ **Nuno da Luz (Design), João Costa (Programação)**

Parceria media_ **jornal MAPA, BUALA, Polén**

Documentação_**Luísa Homem**

Produção executiva_ **Associação Parasita**

Produtora_ **Claraluz Keiser**

Co-produção_ **Alkantara**

Apoio_ **Câmara Municipal de Ourique, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Aveiro, Governo de Portugal – Ministério da Cultura/Direção-Geral das Artes**

Residências_ **Cads da Dança, Monte das Doceitas, Espaço do Tempo, Alkantara, Estúdios Victor Córdon, 23 Milhas, Not a Museum, CCB, PENHA SCO, MDance.**

A Parasita é uma estrutura financiada pelo Governo de Portugal – Ministério da Cultura / Direção-Geral das Artes

UMA PERSPECTIVA LIBERTÁRIA SOBRE A LUTA CONTRA A MINERAÇÃO

TEÓFILO FAGUNDES / TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

O «campo» que, da janela da cidade, se imagina vazio está, afinal, prenhe de gente combativa. Nos últimos tempos, muitas têm sido as lutas contra as minas, especialmente de lítio. Em que é que estas lutas seguem um percurso histórico? Que novidades trazem? Em que é que podem interessar a uma visão anti-capitalista e anti-autoritária do mundo?

Desde há muito que as comunidades se organizam para tentar resolver os problemas que as afectam directamente. Em entrevista ao Jornal MAPA, o historiador Paulo Guimarães defendia que «as lutas ambientais não são recentes, pode ser recente uma consciência ecológica, um discurso mais científico, mas havia uma consciência muito viva daquilo que eram as ameaças aos quadros de vida existentes.» Este «havia» remonta ao século XIX e trespassa até os tempos sombrios da ditadura. Uma consciência que se materializava muitas vezes em luta concreta. A par de acções de resistência individual e colectiva, de recurso às formas legais permitidas, através das petições e da acção parlamentar, houve lugar a formas ilegais, com destaque para a desobediência civil, o motim, a sabotagem e a destruição de propriedade.

A nota principal era a da organização local – não necessariamente baseada em classes ou outras divisões sociológicas ou económicas tradicionais, uma vez que juntava pobres, agricultores, pastores, proprietários –, pessoas que, sem nunca terem ouvido falar de ecologia, tinham uma noção muito clara de que há agressões à natureza que destroem sistemas de vida humana. A esta espécie de semi-ignorância sobre questões ambientais gerais correspondia uma completa ignorância no seio das classes dirigentes: só em 1976 se consagra constitucionalmente o ambiente como direito e a respectiva lei de bases só viu a luz do dia onze anos mais tarde.

Posteriormente, no início dos anos 90 do século XX, a palavra «ecologia» entrou no jargão público, a sua comercialização tornou-a inócua e o seu carácter global relegou-a para a especialização técnica, onde quem trata dos assuntos relevantes para a comunidade não é a própria comunidade, mas sim um corpo de especialistas, técnicos, gestores e porta-vozes. A progressiva desertificação do mundo rural deu o empurrão definitivo para que, ainda nas palavras de Paulo Guimarães, tudo se resuma a uma «militância levada a cabo por pessoas com maior ou menor consciência ecológica, que vão denunciando publicamente actuações que consideram lesivas sobre o território, mas que já não têm um vínculo a uma comunidade que depende directamente dos serviços do ecossistema, como existia no passado».

Já neste século, as coisas começaram a mudar um pouco. Ao tradicional espírito de quererem que a terra onde vivem lhes dê alimento e prazer, as populações foram acrescentando ao saber antigo o conhecimento a que foram tendo acesso e percebem agora bem os ciclos da natureza, a fragilidade do equilíbrio ecológico e as vantagens – muito para além da mera economia ou da pura sobrevivência – dum ambiente são. Para mais, muita gente acabou por se enjoar dos cantos da sereia urbana e tentou um regresso à terra. O interior, não estando livre – muito longe disso – de se despovoar, tem hoje uma população menos envelhecida, enriquecida com regressados, ou fugidos, da cidade.

Mais do que líderes, há porta-vozes. Mais do que organizações, há indivíduos organizados.

Aqui chegados, chegou também um plano nacional de mineração, apresentado e defendido pelo actual governo como uma espécie de caminho para a prosperidade e um travão ao êxodo rural. Nas comunidades potencialmente afectadas, este caldo histórico entrou em ponto de fervura e transbordou. Há vários movimentos activos, cada um com as suas características, e que em comum têm os ingredientes angariados: a consciência do que representa um perigo para o tipo

de vida que escolheram, a organização numa base local e socialmente transversal, a noção exacta daquilo que a indústria mineira provoca em termos de danos ambientais e sociais. E, claro, o espírito de acção directa, que parece ausente quando se vê todo o trabalho institucional que levam a cabo, mas que se manifesta no facto de não delegarem a luta em partidos ou poderes locais, encarando esse trabalho institucional como um meio e não como um fim, chegando a usar a abstenção como arma.

Há ainda uma característica fundamental que, salvo raras excepções, está também no âmago do pensamento mais profundo que orienta estes movimentos. A rejeição da mineração num momento em que a «descarbonização» se afigura realmente urgente é uma causa difícil se o modelo de organização social e económico da humanidade se mantiver. Querer que não abram minas no monte atrás de minha casa e, ao mesmo tempo, desejar que os níveis de produção e consumo de energia se mantenham é, de facto, uma posição dum egoísmo indefensável. Os movimentos sabem-no. Reconhecem que o direito a não querer minas no seu território é tão válido em Trás-os-Montes, no Minho ou na Serra da Estrela como o é no Chile ou no Gabão, entendendo assim que, se não se pode continuar a viver como até agora – em regime de crescimento eterno – sem se esventrar o planeta à procura de substitutos para o petróleo e seus derivados, então tem de se começar a viver doutra forma.

É exactamente aqui que a discussão é colocada. E as respostas aventadas ecoam outras vozes, ainda há pouco tidas por antiquadas, parvas ou primitivistas. Vozes de regresso à terra, da água e do ar puro como bens maiores, de consumir menos e produzir mais perto. Ecoam outras vozes, ainda há pouco tidas como utópicas e revolucionárias. Vozes de poder ao povo, de direito de cada comunidade gerir a sua forma de viver, de organização dos afectados para resolverem os seus próprios problemas. E ecoam ainda outras, ainda hoje tidas como subversivas ou até terroristas. Vozes de desobediência no caso de as máquinas pretenderem realmente ir esburacar os montes.

As lutas ambientais não são recentes, pode ser recente uma consciência ecológica, um discurso mais científico, mas havia uma consciência muito viva daquilo que eram as ameaças aos quadros de vida existentes.

Outras características animadoras são comuns a vários destes movimentos. Se é verdade que os planos de mineração são do governo português e que, nesse sentido, teria lógica fazer uma luta num quadro meramente «nacional», o facto é que o nacionalismo envergonhado de palavras de ordem como «Portugal não está à venda», que seria de esperar ver amiúde, está quase ausente do discurso dos movimentos organizados de contestação. Claro que há coisas como o «Portugal Unido pela Natureza», que tende perigosamente para esses campos. Claro que os comentários nas redes sociais passam muito por aí. E claro que, quanto mais não seja pela inércia do hábito, os próprios movimentos podem acabar por derrapar para frases feitas de «nação valente». Mas, por outro lado, e apenas para exemplificar, uma das primeiras acções de luta da Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso foi a participação num encontro ibérico com vários outros colectivos do Estado espanhol; o Movimento sos Serra d'Arga tem-se organizado com gente do outro lado do Rio Minho, da Galiza; e, no caso da Serra da Estrela, parte das pessoas activas não nasceram em território português.

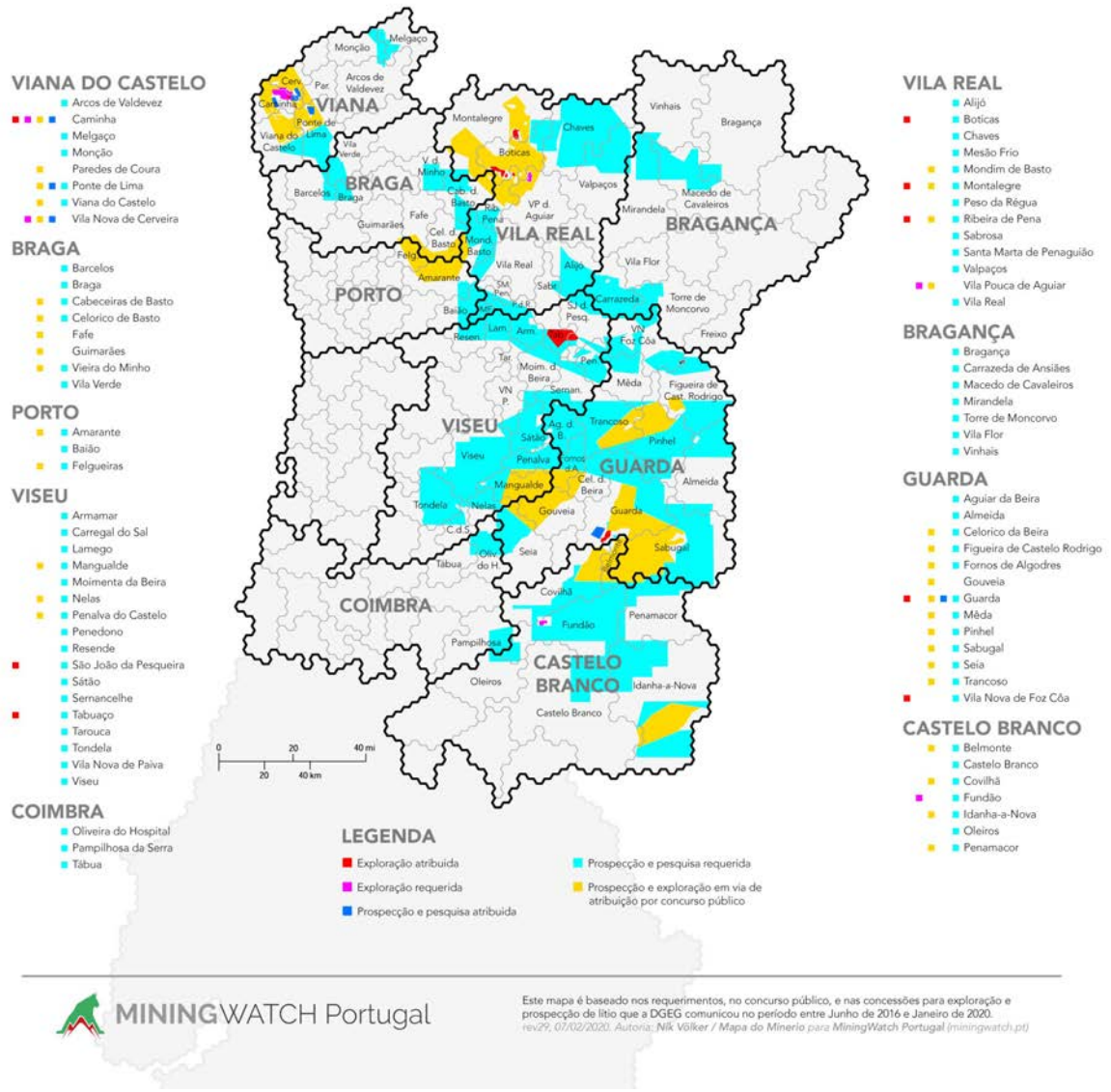
Finalmente, vários dos movimentos recusam a hierarquia e a pessoalização. Alguns – menos – rejeitam até a institucionalização, preferindo a informalidade. Mais do que líderes, há porta-vozes. Mais do que organizações, há indivíduos organizados. Há também, como seria de esperar, gente que se pretende destacar para poder almejar a voos mais altos. Já se percebem algumas movimentações e isso tornar-se-á notório com o aproximar das eleições autárquicas de 2021.

Eis um quadro idílico que apresenta parte da realidade. Uma outra, lógica mas não explicitada, é a de que um colectivo que junte gente que explora e gente que é explorada – e estes movimentos

fazem-no – tem um limite a partir do qual os interesses são antagónicos e nunca poderá, portanto, ser o embrião de nada de radicalmente transformador. Mas, perante uma forma de luta popular, ainda que num conceito interclassista de povo, com características verdadeiramente interessantes, é fundamental contribuir para que se potenciem essas características, é fundamental apoiar o seu aprofundamento e é, sem dúvida, fundamental – quanto mais não seja por uma questão de sanidade mental – esperar que, daqui saiam faíscas para lutas ainda mais promissoras por um mundo onde, definitivamente, os conceitos da economia percam o lugar para as pessoas e o planeta.

O LÍTIO NO NORTE E CENTRO

Mineração de lítio nos concelhos do Norte e Centro de Portugal: Áreas requeridas, atribuídas e em vias de atribuição para prospecção ou exploração desde 2016.



Listagem forçosa e injustamente incompleta das associações, movimentos e colectivos que têm estado mais activos na defesa dos territórios contra a ameaça de mineração a céu aberto (acima de tudo) de lítio no norte e centro do país.

ASSOCIAÇÃO MONTALEGRE COM VIDA
fb.com/Montalegre-Com-Vida-667680017037422/

Associação que luta contra os projectos de mineração no concelho de Montalegre, nomeadamente em Morgade (Lusorecursos), que, juntamente com a Argemela, tem o processo mais adiantado do que o resto dos territórios.

MOVIMENTO NÃO ÀS MINAS – MONTALEGRE
fb.comgroups/372586353348286/

Movimento que luta contra os projectos de mineração no concelho de Montalegre.

ASSOCIAÇÃO UNIDOS EM DEFESA DE COVAS DO BARROSO
fb.com/UnidosemdefesadeCovasdoBarroso/

Associação de defesa de Covas do Barroso, Concelho de Boticas, contra o projeto da Mina do Barroso (Savannah Resources), uma mega-mina a céu aberto que ameaça o património agrícola mundial.

PNB – POVO E NATUREZA DO BARROSO
fb.com/povoenaturezadobarroso/

Associação independente de cariz marcadamente ambiental, cuja missão «é agir na defesa do património cultural e natural da bio-região de Barroso, que inclui os concelhos de Montalegre e Boticas».

EM DEFESA DA SERRA DA PENEDA E DO SOAJO
fb.com/groups/defesaserrapenedaesoajo/

Colectivo formado para a oposição aos requerimentos de prospecção da Fortescue para a área de Fojo, que abarca 17 freguesias localizadas nos concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço e Monção. Entretanto, o projecto foi cancelado. Parte dos membros deste grupo mantém-se atenta a possíveis regressos da ameaça aos seus territórios e activa na defesa de outros (principalmente vizinhos).

COREMA
fb.com/coremapatrimonio/

Movimento de defesa do ambiente e património do Alto Minho nascido em 1988 e que tem estado activo na defesa da Serra d'Arga.

MOVIMENTO SOS SERRA D'ARGA
fb.com/movimentososserradarga

Na iminência do lançamento do concurso para prospecção e extracção de lítio na Serra d'Arga, um grupo de indivíduos e colectivos da região criou um movimento cujos objectivos são «o esclarecimento e sensibilização dos cidadãos, associações e entidades locais para os perigos de uma mineração a céu aberto nas imediações da Serra d'Arga e vales adjacentes dos rios Coura, Minho, Âncora e Lima, cujos impactos negativos poderão atingir os concelhos de Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira».

SOS SERRA D'ARGA E ALTO MINHO
fb.com/groups/700848426998968/

Este movimento pretende ser um «espaço de troca de informações e partilha entre todos, com o principal objectivo de difundir e de travar o avanço das concessões para prospecção e extracção de minérios (entre outros, o lítio)».

GUARDIÕES DA SERRA DA ESTRELA
guardioesse.wixsite.com/guardioesestrela

Um conjunto de cidadãos que se mobilizou em prol da recuperação dos ecossistemas autóctones da Serra da Estrela e que, após os incêndios do Verão de 2017, se organizou em torno duma plataforma cívica, congregando vontades individuais e colectivas. Em 2019, constituiu-se como associação para poder aprofundar o seu trabalho de intervenção ambiental e mobilização cívica, nomeadamente para a defesa do território da Beira Interior contra as pretensões de mineração.

MOVIMENTO SERRA DA ARGEMELA É NOSSA
fb.com/Movimento-Serra-da-Argemela-é-Nossa-614675178729824/

Movimento popular da aldeia do Barco, na Covilhã, que luta pela preservação da Serra da Argemela e contra a extracção mineira a céu aberto, num território onde o processo para a concessão definitiva da exploração à PANNN, ligada à portuguesa Almina de Aljustrel, está bastante avançado.

MOVIMENTO CONTRAMINERAÇÃO BEIRA SERRA
fb.com/groups/contramineracao/

Movimento cívico de resistência aos diversos pedidos de prospecção e exploração de lítio e outros minerais no Centro de Portugal, formado em Abril de 2019. Nomeadamente contra a requisição pela Fortescue da área denominada Boa Vista, localizada nos concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua, Viseu, Penalva do Castelo, Carregal do Sal, Nelas, Mangualde, Gouveia e Seia. Um movimento que se mostra também directamente activo na defesa da serra da Argemela.

MOVIMENTO DE CIDADÃOS POR UMA ESTRELA VIVA
fb.com/PorUmaEstrelaViva/

Movimento de defesa do património natural, cultural e humano que se opõe publicamente à mineração na Serra da Estrela.

ÁGUAS REVOLTOSAS

FILIPE NUNES / FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

são as populações ribeirinhas do Tejo, em Abrantes, Mação, Nisa ou Vila Velha de Ródão, que dão corpo a um movimento coletivo pelo rio Tejo

Um roteiro pelas águas turvas e os cheiros nauseabundos deste país. Uma cartografia de resistências e lutas pelo território. Alguns dos protestos ambientais, movimentos e populações que hoje defendem os seus rios. A relação tumultuosa entre a qualidade de vida das pessoas e do ambiente e a imposição cega de uma economia industrial que não olha a meios.

BASTA! – MOVIMENTO EM DEFESA DA RIBEIRA DA BOA ÁGUA

A acérrima luta contra a empresa de óleos vegetais Fabrióleo uniu os habitantes do lugar de Carreiro da Areia, onde se situa a fábrica, e das aldeias de Pintainhos, Nicho de Riachos e Meia Via, a que se juntou a maioria da população de Torres Novas. A exigência do fim dos atentados ambientais na ribeira da Boa-Água levou à ordem de encerramento definitivo da fábrica em junho de 2020, num processo judicial de decretado em março 2018. A fábrica continua, porém, a descarregar nas linhas de água resíduos perigosos. O movimento BASTA! refere que estas «águas ácidas» provêm agora da nova fábrica em Vendas Novas, a Extraoils – Oils 4 the future, fundada pela mesma família da Fabrióleo.

… BASTA! VERSÃO 2.0 – VENDAS NOVAS

Os maus cheiros sentidos em Torres Novas fazem-se agora sentir em Vendas Novas. A Extraoils, que transforma óleos alimentares usados em óleos para biodiesel, foi inaugurada em junho de 2019 com a presença de João Paulo Catarino, então Secretário de Estado para a Valorização do Interior, hoje Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, que se declarou satisfeito por ver «territórios de baixa densidade com projetos tão bonitos em áreas de futuro»… Um ano depois, a autarquia de Vendas Novas deliberou o encerramento do coletor que serve a empresa devido aos «permanentes e sucessivos incumprimentos da Extraoils relativamente à qualidade dos efluentes lançados na rede pública de esgotos, que tiveram consequências diretas no correto funcionamento da ETAR da cidade, causando um cheiro nauseabundo e irrespirável, e que a população de Vendas Novas — 10 mil pessoas — ficasse desprovida de um sistema público de tratamento de águas residuais».

MOVIMENTO PELO TEJO

A proTejo – Movimento pelo Tejo, uma plataforma heterogénea de diversas associações ambientalistas e cívicas, tem tido desde 2009 um papel ativo na denúncia de inúmeras ocorrências de poluição do Tejo e dos seus afluentes. Nesse contexto, "o guardião do Tejo", o mediático guarda prisional Arlindo Marques, recebeu em 2018 o Prémio Nacional do Ambiente atribuído pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente. Mais do que uma pessoa e do que essas diferentes organizações, são as populações ribeirinhas do Tejo, em Abrantes, Mação, Nisa ou Vila Velha de Ródão, que dão corpo a um movimento coletivo pelo rio Tejo, num combate contra a Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, a poluição causada pela indústria florestal e por outras descargas, e a ausência de um caudal ecológico no grande rio ibérico.

JUNTOS PELO SORRAIA

O objetivo é salvar o rio do jacinto-de-água, espécie invasora que tomou por completo o curso do rio Sorraia entre Coruche e Benavente. Se no passado as cheias anuais transportavam as plantas para jusante, onde morriam devido a salinidades mais elevadas, em tempos de mudanças climáticas essas cheias são hoje raras…

RIO MAIOR

Afluente do rio Tejo, o rio Maior também é conhecido por Vala de Asseca, da Azambuja ou Vala Real. Os protestos contra poluição das suiniculturas remontam aos anos 1970, e na última década tem despertado vários protestos populares. Em 1974, as populações denunciavam o mau cheiro e os dejetos lançados na vala. Nada mudou: os maus cheiros, a propagação de insetos e a contaminação dos solos e dos aquíferos. Em 2014, quatro organizações ecologistas ribatejanas, Ecocartaxo; Movimento Alvorada Ribatejo-Santarém; Movimento Cívico Ar Puro e Movimento Ecologista Vale de Santarém, decidiram avançar com ações conjuntas, juntamente com as populações afetadas, exigindo a resolução dos problemas.

RIBEIRA DOS MILAGRES, RIO LIS

A poluição do rio Lis e da ribeira dos Milagres em Leiria, pelas descargas de efluentes de suiniculturas, suscita há várias décadas a mobilização das populações. Esta é uma das batalhas mais antigas contra a poluição e as suiniculturas, que representam 15 % da produção nacional em apenas cinco freguesias no troço a montante da ribeira dos Milagres. Os protestos da década de 1980 estiveram na origem, em 1994, da Associação de Defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria – OIKOS. Em 2003, com o rompimento de uma lagoa de retenção de uma suinicultura, a população criou a Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM), que desde então intensificou os protestos e entrou em conflito com a autarquia leiriense.

SOS SADO

Uma luta contra as megadragagens em curso no Rio Sado a pretexto da extensão do porto de Setúbal. O que significa, entre outros impactes, a intervenção em sedimentos contaminados (com metais pesados, pesticidas, etc.), com grandes riscos e danos para a saúde humana, para o peixe e para a produção de ostras. Retomadas as dragagens em novembro deste ano, os protestos não se silenciaram.

A poluição do rio Lis e da ribeira dos Milagres em Leiria, pelas descargas de efluentes de suiniculturas, suscita há várias décadas a mobilização das populações

SOS VIZELA

Há mais de cinco anos que Vizela é atravessada pelo rio que a batiza, tingido de vermelho. Houve petições, protestos, um funeral simbólico do rio. Porém, o problema persiste e já se fala num boicote às eleições presidenciais. Dedo apontado tanto às descargas poluidoras no rio Vizela pela Águas do Norte, S.A., através da ETAR de Serzedo, quanto, a montante e jusante da mesma, a outros focos poluidores.

RIO ESTE

O rio Este, entre Braga, Famalicão e Barcelos, tem sido alvo de repetidas queixas e denuncias populares. Tendo apenas como base as queixas realizadas, neste afluente do Ave ocorrem episódios de poluição de vinte em vinte dias. Pedreiras, agropecuárias, esgotos domésticos e indústrias estão na sua origem.

RIO COBRAL

A aldeia de Meruje, Oliveira do Hospital, denuncia a contínua poluição do rio Cobral. Segundo o presidente de Junta de Freguesia, deve-se às queijarias sem sistema de tratamento de Seia.

RIO NOÉME

A jusante da confluência com o rio Diz, o rio Noéme, ao longo do seu curso até desaguar no rio Côa, é, segundo o Núcleo Regional da Guarda da Quercus, «pouco mais do que um esgoto a céu aberto». O problema tem anos e a requalificação levada a cabo pela autarquia da Guarda não tem impedido descargas, apontadas, na sua maioria, à fábrica têxtil Tavares.

PLATAFORMA DE DEFESA DA ALBUFEIRA DE SANTA ÁGUEDA / MARATECA

Uma união entre associações ambientalistas e cívicas (Quercus, movimento cívico *As Romãs Também Resistem*, a Associação de Caça e Pesca e os Amigos da Póvoa de Rio de Moinhos) e cidadãos em defesa da qualidade da água da albufeira situada em Louriçal do Campo, Castelo Branco. O protocolo assinado em 2019 entre a Câmara de Castelo Branco e Fundão, para 2000 hectares de regadio, augura mais crimes ambientais, na sequência da plantação intensiva que desde 2014 desencadeou um conjunto de obras e atividades contrárias ao ordenamento da albufeira.

SOS RIO CÉRTIMA / PATEIRA

Pela preservação ambiental do rio Cértima e da Pateira, em Águeda. A reação perante as descargas poluentes, espécies invasoras e os cheiros nauseabundos levou a plenários populares a favor da despoluição do rio, que foram decisivos para as reabilitações em parte já realizadas.

MOVIMENTO ÁGUA DA DARDAVAZ

A população de Dardavaz, Tondela, em protesto contra a contaminação por águas residuais industriais que degradam os ecossistemas e a vida de quem vive junto à ribeira de Dardavaz, ao rio Criz e ao rio Dão.

SOS RIO PAIVA

Ao longo de uma centena de quilómetros, a bacia do rio Paiva percorre os concelhos de Castelo de Paiva, Cinfães, Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul, Viseu, Vila Nova de Paiva, Sátão, Sernancelhe e Moimenta da Beira. A sos Rio Paiva – Associação de Defesa do Vale do Paiva surgiu em 1999 para inverter a destruição do Paiva e promover «toda a componente social e cultural associada às localidades ribeirinhas e aos modos de vida comunitários e sustentáveis que pretendemos ver preservados e valorizados». Conta com as lutas vitoriosas contra a barragem no rio Paiva (2004) e duas mini-hídricas no Paiva e no seu afluente, o rio Paivô (2008-2012). Atualmente, a sos Rio Paiva teme que o mediatismo e o sucesso dos «Passadiços do Paiva», em Arouca, comprometa os planos de conservação deste espaço da Rede Natura 2000. Refere que é «com preocupação que vemos aumentar de forma muito significativa a pressão humana com a construção de infraestruturas nas margens do Rio Paiva». Estando para breve, em Arouca, a inauguração de uma nova ponte suspensa sobre o Rio Paiva, recordam como o verão de 2020 foi um dos mais negros no que diz respeito à poluição do rio, com grandes descargas poluentes a montante (Vila Nova de Paiva e Castro Daire).

RIOS LIVRES

Um projeto do GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente) para a preservação dos rios selvagens em Portugal e para alertar para a importância social, ambiental e económica dos ecossistemas ribeirinhos. Em batalhas perdidas, esteve com as populações no Tua, Tâmega ou Sabor. Atualmente, empenha-se legalmente para a Criação de Reservas Naturais de Rios Livres, revelando o lado negro das barragens enquanto barreiras (em Portugal, mais de 8000) que impedem o funcionamento natural do ciclo da água: o fluxo livre dos rios para o mar, o garante de água mais pura, um ecossistema mais saudável e o transporte essencial de sedimentos para a orla costeira.

PROJETO RIOS

Projeto ibérico coordenado, a nível nacional, pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) que, desde 2016, incentiva a adopção de troços de 500 metros de rios ou ribeiras por grupos locais organizados, que assumem a sua vigilância e proteção. Quinhentos e setenta e sete troços de rios/ribeiras adoptados em 141 municípios, são os números divulgados até 2019, ainda que a maioria sejam iniciativas temporárias.

RIO ALVIELA. ESPERANÇA DESFEITA EM ESPUMA

FILIPE NUNES

Por breves momentos, o rio Alviela foi, em maio de 2020, notícia em termos pouco habituais. Em pleno recolhimento pandémico, apresentava-se limpo e houve mesmo quem arriscasse entrar na água cristalina e sem cheiro, desabafando: «o que seria se cumprissem a lei e não fizessem descargas no rio??? Seria muito melhor que isto! Alviela despolido!». Não passara ainda um mês, desde que em finais de março uma descarga poluente deixara no rio o seu usual rastro de mortandade nos peixes e aves, como então alertou a Junta de Freguesia de Casével e Vaqueiros, concelho de Santarém. A origem, uma e outra vez mais, estava na indústria de curtumes do concelho vizinho de Alcanena.

Não é possível contabilizar as vezes sem conta das descargas poluidoras neste rio, nascido no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e desaguando no Tejo, percorrendo uma extensão de aproximadamente 40 km, e que é considerado dos rios mais poluídos de Portugal.

O Alviela simboliza ainda hoje os primórdios das lutas ambientais por parte das populações. Para isso, temos de remontar a mais de seis décadas, mais exatamente à década de 1950, época pós 2ª guerra mundial em que o Estado Novo lançava Portugal num período de fomento industrial.

No Alviela, em meados do século XX, multiplicavam-se as indústrias de curtumes, condenando todo o ecossistema fluvial, e afetando as fontes de subsistência tradicionais das povoações ribeirinhas. Como nos conta o projeto exploratório "Portugal: Ambiente em Movimento", a mobilização popular contra a poluição do rio não tardou. E ficou na história conhecida sobretudo pelo papel de Joaquim Jorge Duarte, da freguesia de Pernes. Conhecido como "o Diabo", em 1957, numa afronta ao regime ditatorial, organizou um abaixo-assinado, numa iniciativa que deu origem à criação, em Pernes, da Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela – CLAPA, a qual veio a ser formalizada em 1976.

As populações não deixaram de lutar pelo seu rio e contra a poluição que os aflige

A contaminação das águas do Alviela agravara-se com o uso de crómio na curtimenta de peles, facto que, em 1970, levara Joaquim Jorge Duarte a deixar uns tantos garrafões de água do Alviela na Assembleia Nacional (atual Assembleia da República) conforme prometera na missiva de 1957, após sucessivas falta de respostas às continuadas exposições dos moradores de Pernes, Vaqueiros, Louriceira e Filhós.

Em inícios de julho de 1973 cerca de uma centena de moradores reúne-se com vista a «contabilizar perdas, danos e prejuízos na sua qualidade de vida», como então contou o jornalista e ambientalista Afonso Cautela, para quem, apesar da «esperança desfeita em espuma», «esse momento – quantificar a qualidade de vida – é o mais importante numa tomada de consciência ecológica».

Com o 25 de Abril de 1974 a luta sobe de tom. A CLAPA, tomada pelo fervor revolucionário da época pelo qual a mera vanguarda popular nas fábricas tornaria as águas limpas, viria a ter uma intervenção bastante considerável e sobretudo popular. Como recorda Bruno Madeira, em estudo de 2017 sobre os movimentos ecologistas pós 25 de Abril, «com excepção da população de Ferrel [luta anti-nuclear] e da luta dos povos do Alviela e do Almonda, a defesa do ideário ambientalista ficou sempre circunscrita a uma pequena elite intelectual e estudantil». Em 1978, José Carlos Marques, um dos pioneiros do movimento ecológico, no primeiro número da revista "A Urtiga", escrevia sobre o Alviela, naquilo que para Bruno Madeira tinha como objetivo central dar o exemplo da CLAPA a todas as populações ribeirinhas, na perspetiva de que «um dia uma federação de "associações populares ecológicas" poderá ser suficientemente forte para lançar um novo programa e uma nova palavra de ordem:

«Fora da nossa terra com as vossas indústrias poluidoras, venenosas e mortíferas!»

Desses tempos e do dilema e impasse entre os postos de trabalho dos operários dos curtumes e a qualidade de vida, resultou basicamente a promessa de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), um projeto aprovado apenas em 1979 e obra concluída apenas uma década depois. A inauguração da ETAR, porém, não mais significou do que a constatação de que a sua dimensão era insuficiente e obsoleta e de que as águas continuariam poluídas.

Avancemos até 2005, meio século depois do início desta que será, talvez, a mais longa luta ambientalista no território português. Nesse ano a CLAPA juntou centenas de pessoas numa caminhada entre a freguesia de Pernes e a nascente do Alviela em protesto contra a poluição do rio. As promessas de soluções técnicas são de novo recuperadas, para em 2008 um estudo para a recuperação do ecossistema do rio Alviela vir reiterar o já conhecido, apontando a indústria de curtumes de Alcanena como principal foco de poluição, com responsabilidades também por parte das agropecuárias de Santarém.

Em 2014, são anunciadas pela Agência Portuguesa do Ambiente as obras de reabilitação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e da cascata do Mouchão de Pernes. Mas, obra concluída, os episódios não cessaram e acompanham-nos até aos dias de hoje. Em 2020, Miguel Tomás, presidente da Freguesia de Casével e Vaqueiros, declarava à LUSA, a propósito das descargas de finais de março, que o investimento de tantos milhões de euros no sistema de saneamento de águas residuais de Alcanena não travara as descargas. Pelo contrário, estas ter-se-ão intensificado.

Alviela permanece como um dos rios mais poluídos do país. Mas as populações não deixaram de lutar pelo seu rio e contra a poluição que os aflige.

Nos últimos dois anos, Alcanena tem sido palco de renovados protestos ambientais dirigidos agora contra a poluição atmosférica, sobretudo no verão em que os cheiros "nauseabundos" se intensificam, tornando "insuportável" a vida da população do concelho. Em outubro de 2019, os estudantes da Escola Secundária de Alcanena encheram as ruas da vila numa marcha contra o mau cheiro que sentem diariamente. Nestes protestos novos grupos como o SOS Alcanena, juntam a sua voz na luta pela qualidade de vida à Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela – CLAPA, que, desde há mais de meio século, é um exemplo das lutas pela qualidade de vida das populações. Continuam a não faltar razões para tal. A 20 de outubro do corrente ano, a população de Vaqueiros confirmava novo incidente ao Correio do Ribatejo: «a água do rio ia negra». «As pessoas continuam a sofrer, o que é incompreensível".

LER SERES VEGETAIS
PROCEDIMENTOS PARA RELIGAR ALIMENTO E AFETO. UM JOGO EM FORMA DE ORÁCULO

ANA RITA TEODORO E ALINA RUIZ FOLINI

Para onde escoa o encantamento da terra e da paisagem? Onde se fixou a imagem do deserto? Tendemos para uma visão opaca e monocultural? Como religar alimento a afeto? A visão manchada por monoculturas intensivas e superintensivas que se alastram nos nossos campos: oliveiras, amendoeiras, painéis solares, frutos vermelhos... Resgatemos o olhar atento, diverso e translúcido da paisagem. Como refazer as relações com os alimentos: domesticar ou cuidar? Produzir ou acompanhar? A ambição é diminuir o consumo vazio da paisagem e resgatar a união dos sentidos nos pensamentos, sonhos e desejos. Para tal, escutamos outras histórias, a fala de outros seres, pesquisamos as razões construídas para que nos desliguemos daquilo que consumimos. Para assim podermos, talvez, voltar a tecer uma convivência de narrativas em diversidade.

É na sequência destas preocupações que inventámos um jogo em forma de oráculo, em que uma pergunta é feita a um ser-vegetal. O objetivo centra-se na observação atenta da soberania do ser vegetal: a sua forma, cor, textura, sabor, cheiro, história... Procurando por via da conversa e da especulação coletiva achar, com a atenção aí centrada, possíveis respostas e novas perspetivas para o presente.

Como refazer as relações com os alimentos: domesticar ou cuidar? Produzir ou acompanhar?

Procedimentos para ler seres-vegetais:

Qualquer espaço é possível para iniciar o oráculo: pode ser uma cozinha, um lugar no campo, em volta de uma mesa ou diretamente no chão. É preciso estar na presença de seres-vegetais e de, pelo menos, duas pessoas. Uma pessoa é eleita para fazer a pergunta e escolher o ser-vegetal a ser lido (apenas um é lido de cada vez). Uma outra pessoa é eleita para iniciar a *Leitura*.

Elaborar a pergunta

É importante que a pergunta lançada ao oráculo implique um *apetite* para quem a faz. Pode ser uma pergunta direta, simples e bem formulada, ou uma *pergunta-nuvem*, vaga, que inclua um conjunto de outras perguntas e afetos que lhe são conexos. A pergunta é elaborada na perspetiva de conetar abertamente com o presente. A Leitura não prevê o futuro, apenas descreve o presente e abre perspetivas.

Experimente perguntar a um tomate: qual a relação entre transparência e opacidade? E teste, na convivência, o que o fruto sabe sobre isso. Pergunte a um gengibre: como conduzir um processo de transmissão sem reproduzir estruturas machistas? E observe as formas de organização que o gengibre experimenta. Pergunte a um ouriço de castanha: quais as estratégias de autocura para este momento de *crise de cuidados*? Observe a pele peluda no interior do ouriço e, se tiver tempo, dê-lhe uns dias para que as respostas se apresentem. Pergunte a uma romã: que significa transporte, mobilidade e carga para uma pessoa que migra por sobrevivência? Tem ela direito ao prazer?

A pergunta não deve tentar «extrair» de um certo legume ou fruta uma certa resposta ou função, mas ensaiar uma convivência sensorial e delirante, permitindo aos leitores perderem-se no que ainda não conhecem.

2. Reconhecer o ser-vegetal

Feche os olhos, visualize a pergunta e reconheça com as mãos o ser-vegetal que tem entre elas.

É possível que o ser-vegetal em que agora toca evoque outros da mesma família. Ou seja, todos os que já passaram por si ou os que estão por aí no mundo à espera de serem tocados e comidos. Se tiver uma beterraba entre as mãos pode imaginar que todas as beterrabas do mundo começam a vibrar atraídas pelo pensamento que vai de si a elas. Pode alguém dizer o nome dela em voz alta — BETERRABA — e com isso presentificar todas as beterrabas que existem, já existiram e estão por existir.

Deixe-se envolver nas sensações que lhe entram pelas mãos: textura, peso, cheiro, rugosidade, temperatura, corte, volume... mas também memórias pessoais e coletivas, imagens, histórias, saberes específicos.

Uma vez feito o reconhecimento tátil, pouse o ser-vegetal. Experimente reconhecer pelo toque vários vegetais para depois escolher apenas um para proceder à Leitura.

3. A Leitura

«*O poeta do vago só pode ser o poeta da precisão. [...] Por isso, o uso correto da linguagem para mim é o que nos permite aproximar das coisas (presentes e ausentes) com discrição, atenção e cautela, respeitando o que as coisas (presentes e ausentes) comunicam sem palavras.*»

É o eleito para iniciar a leitura quem começa, sem que seja soberano no discurso. A leitura desencadeia a conversa em voz alta e pode provocar nos presentes um certo estado de sonolência ou de excitação. Isto acontece se estiver disponível para não dar respostas óbvias e perder-se nos ínfimos pormenores percetíveis deste ser-vegetal.

Tocar, provar, cheirar, manipular, comer o ser-vegetal pode fazer parte do processo de leitura — mas não se precipite! Adie o consumo e conecte-se com a sua beleza complexa.

Certa vez, alguém perguntou a um dióspiro como religar afeto e alimento. Sem qualquer tipo de aviso, o dióspiro moveu-se e deixou cair o seu peso rotundamente, num gesto assombroso em que se abriu por inteiro e despedaçou em três partes na direção dos leitores. Cheio de água e fibras de cor laranja. Os que consultaram o dióspiro, entenderam então que este era um conector entre as bocas e a vida que existe sob a terra. Que esta fruta viajou desde as raízes, através da seiva e depois pelos ramos das árvores, para concentrar a sua força no fruto e, depois, na língua falada. Muitas conexões se fizeram nesse episódio… O fruto oferece-se para ser comido, parece desejar tanto quanto é desejado. As forças afetivas entre o humano e o ser-vegetal correspondem-se, eventualmente, numa medida equilibrada.

Se possível, procure na Leitura especular sobre histórias pessoais, mas também sobre ignorâncias coletivas e negações históricas. Aguce a sua curiosidade e encare o que não sabe — de onde vem, como nasce, o que o compõe, quem o apanhou, que marcas deixou e deixa na terra e em outros seres? E, finalmente, reflita sobre como essas constatações afetam (ou não afetam), transformam (ou não transformam) corpos, línguas, espaços e tempos.

Se por fim decidir consumir o vegetal consultado, deixe a sua soberania integrar-se e dirigir-se à integralidade do seu corpo.

CARTA AOS RURAIS. DEFENSORES DA TERRA CHAMADOS A CUIDAR DA TERRA

SÍLVIA DAS FADAS

Aos compartes de Troviscais,
(da biorregião de São Luís,
Odemira, Alentejo)

Escrevo esta carta da Choupana («o vale do abrigo»), no fim do caminho de terra batida, onde gosto de imaginar que não há mais nada para lá da floresta. Tenho vivido e regressado de diversos lugares, na sua maioria citadinos, mas filmar levou-me até à vossa companhia, e ouso afirmar que este nosso encontro mudou o curso da minha vida.

Há cem anos, um anarquista, possesso de amor pelo mundo e por todos os seres[1], lançou-nos um desafio. Era um desafio para vivermos de outro modo, um apelo para uma vida comunal, autónoma e antiautoritária. No Vale de Santiago, não longe da nossa aldeia, António Gonçalves Correia iniciou uma comuna a que chamou Comuna da Luz. A experiência libertária pode ter durado apenas dois anos, mas o seu lugar ainda hoje é recordado como o «monte da comuna», e o seu apelo ainda em nós ressoa.

O nosso anarquista era um ser complexo: um sonhador, um idealista incorrigível, um activista cívico, caixeiro-viajante, vegetariano, conhecido por libertar animais das gaiolas sob gritos jubilosos de «liberdade!», um naturalista tolstoiano, adepto do amor livre, pedagogo radical, defensor da terra... Fundou na vila de Cuba, em 1916, o seu próprio jornal — *A Questão Social* — e escreveu apaixonadamente para muitos outros. Amiúde, os seus textos tomaram a forma de cartas dirigidas a uma mulher, a um anarquista, a um banqueiro. Diz-se que costumava circular pela região de bicicleta e que, em tempos de ditadura, declarava claramente que *a revolução era a sua namorada*.

Várias mulheres e crianças viveram na Comuna da Luz. Por lá, cultivavam-se hortas e partilhavam-se refeições numa cozinha comunal, confecionavam-se sapatos, e nutriam-se relações de boa vizinhança com as aldeias ao redor. Diz-se que uma senhora era a alma desta comuna, uma professora inspirada pela pedagogia da Escola Moderna de Francisco Ferrer i Guardia. Procuro imaginar os seus pensamentos, o seu imaginário político, o seu nome, mas tudo o que consigo desvendar é o cuidado que dedicava aos livros[2]. Ela, como tantas outras e outros, permanece historicamente anónima. (Que livros lias, querida mulher desconhecida? Como é que os ritos de despossessão e de fazer em comum metamorfosearam o teu ser e o da comunidade? Por que caminhos enveredaste após a dissolução da comuna?) Posso apenas especular.

Obstinadamente, comecei a visitar e a filmar a comuna, o que dela resta, à procura de augúrios de uma vida florescente. Aos que desconhecem a sua história, não passará certamente de uma pequena propriedade privada, cercada por uma vedação. Mas, como escreveu Mikhail Bakunin numa carta a Élisée Réclus: «Nada no mundo se dá por perdido.» Acreditai ou não, foi esta a centelha que me levou até vós: *o sonho de uma coisa*. E pensar neles, comunais e compartes, pensando em vós/nós, emaranhados que estamos a re-imaginar o rural, impeliu-me a escrever-vos esta carta.

O rasto vermelho e negro dos ideais do nosso anarquista fez-me tropeçar na revista *Alambique*, engendrada por um colectivo que muitas décadas mais tarde, na vila mineira de Aljustrel, celebrou o seu nome — Colectivo Gonçalves Correia — e isso levou-me a descobrir o jornalismo crítico (de expressão anarquista), em fulgurante actividade na região portuguesa. Um artigo de Sara Moreira para o jornal *Mapa* chamou-me a atenção, pois reunia a diversidade de projectos colectivos em germinação no sudoeste alentejano, particularmente na aldeia de São Luís. Tratava-se de uma rede de redes chamada CooperAcção, devem lembrar-se, um misto de cooperação e acção. Que tamanhas sinergias e activismo comunitário se encontravam no mundo rural, na vizinhança da Comuna da Luz. Seria lido como um augúrio.

Fui ao vosso encontro com a minha câmara de filmar e uma mala cheia de rolos de filme. Primeiro apaixonei-me pelo rio Mira e uma casa de taipa, depois pela luz e o pó vermelho, os estorninhos; uma comunidade de rebeldes. Desde então, o que tenho recuperado na vossa companhia, no lugar de Troviscais, é uma curiosidade insaciável por uma ruralidade viva. Depois do êxodo rural, de uma reforma agrária falhada e do desfazer programado de um modo de vida — uma *via campesina* —, algo germina que traz em si a potência de forjar uma nova inter-relacionalidade num mundo mais do que humano. Talvez tudo isto seja ainda frágil e tentante, mas é claramente afirmativo: presenciamos a construção de autonomia, a livre associação de afinidades, a autogestão e o apoio mútuo ao nível local e regional nesta geografia insurgente.

O fio que continuo a seguir e a cerzir — o fio da transmissão e do reencantamento — tem-me guiado na vossa direcção, longe de (mas ainda assim afectados por)

Há cem anos, um anarquista, possesso de amor pelo mundo e por todos os seres, lançou-nos um desafio

Lisboa e Bruxelas, pobres e príncipes. Leva-me também ao vosso encontro, vós que, como eu, sois neorurais, tentando desfazer-nos das vestes capitalistas ao enveredarmos pelos caminhos da terra, por entre as numerosas comunidades espalhadas por estes montes e vales. Emaranhados uns nos outros, tu e tu e tu e eu, guardiões da paisagem, construindo afinidades e cooperação em vez de competição e extracção.

O tempo da aldeia apela ao cuidado, essa «duradoura capacidade social e prática que envolve o cultivo de tudo aquilo que é necessário para o bem-estar e o florescimento da vida humana e não humana».[3] Informalmente, são inúmeras as formas como o cuidado tem vindo a ser posto em prática no quotidiano. Há quem crie cooperativas, quem se auto designe com «biótipo de cura», ou quem ofereça miríades de terapias alternativas e rituais de inspiração xamânica.

Colectivamente, sonhamos com uma aldeia solar, com espaços culturais e artísticos, projectos pedagógicos alternativos, bosques e hortas comunitárias, centros de compostagem e águas límpidas. Reunimo-nos para cuidar do mundo natural e honrar os seus ciclos. Lembram-se das Fontes Vivas? Pelo dia de São João, grupos de pessoas em cinco aldeias vizinhas caminharam para celebrar as nascentes de água, cuidar das fontes, partilhar histórias e reaprender canções, reavivando uma tradição quase perdida. Fomos numerosos no Inverno passado, na Festa da Semente em Vale de Santiago, numa comunidade de aprendizagem e troca de sementes. Agora trabalhamos com vista a uma rede de guardiões de sementes que preservará as sementes locais em toda a sua biodiversidade, as nossas raízes e práticas de autonomia. No futuro talvez se transforme num centro para a ruralidade.

Convosco aprendi que a soberania alimentar está no centro da questão agrária: o alimento não é um produto, mas um bem comum. O direito das pessoas a determinar o seu sistema agroalimentar e o direito a produzir e consumir uma alimentação saudável e apropriada à nossa cultura. Um grupo de produtores e co-produtores acordou apoiar e partilhar os riscos, a escassez e a abundância, de uma quinta familiar de pequena escala — o Monte Mimo— e, em espírito de solidariedade e co-responsabilidade, formaram a AMAP Sado e Alvalade. Outras produtoras juntaram-se e produzem pão, queijo, iogurtes, mel, azeite, grãos, frutas, cosméticos naturais. Em reconhecimento, é com clara alegria que nos reunimos para ajudadas, à sombra ou sob o sol vermelho, oferecendo auxílio nas hortas quando outras mãos são necessárias. Comprometidos colectivamente com a agroecologia, construímos uma economia circular local, ao mesmo tempo que nutrimos relações de proximidade e reciprocidade. A sociocracia é o sistema de governança que utilizamos, e fazemos parte da REGENERAR — Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária —, que por sua vez está ligada à rede internacional Urgenci. No meio da pandemia, grupos alimentares autogeridos floresceram regionalmente à medida que as feiras e os mercados locais foram forçados a encerrar e os agricultores deixaram de conseguir distribuir os seus víveres. Saber que não podemos confiar no mercado global para nos alimentar faz-nos desejar que este modelo de agricultura de manutenção e proximidade (AMAP) se pudesse propagar como uma chama viva.

Desejamos abundância para todas e todos, e não escassez. Sentimo-nos a florescer, mas sabemos que estamos ameaçados. Testemunhamos a intensificação de economias extractivistas lideradas pelo agronegócio transnacional e pelo complexo patriarcal. No interior da região há cada vez mais monoculturas intensivas e superintensivas, responsáveis por crimes ambientais e pela destruição de ecossistemas, pela deterioração da saúde pública e do património megalítico. Na direcção do mar, multiplicam-se as estufas industriais, propriedade de corporações internacionais, tais como a Maravilha Farms e a Driscoll, onde trabalhadores migrantes desapossados fazem o trabalho que os locais recusam, com a cumplicidade de governos corruptos.

Isto não é um novo eldorado.

Não basta sentirmos indignação, boicotarmos ou documentarmos o ecocídio. Que pode fazer quem decide ficar com o problema? Que aconteceria se propuséssemos a sabotagem e a acção directa enquanto formalização do cuidado? Aquilo a que a investigadora da sabotagem Elizabeth Gurley Flynn chamou «o ténue fio do desvio», o discurso oculto sustentado por mulheres, trabalhadores, camponeses e movimentos indígenas, e accionado pelo movimento da ecologia profunda através das suas práticas de sabotagem ecológica (*monkeywrenching*[4]). Propormos a sabotagem como modo suplementar de cuidar da terra leva-nos a questionar que outras formas de cuidar e criar mundo poderia uma prática radical assumir.

O princípio ecofeminista de procurar criar relações levou-me a trabalhar com o GAIA Alentejo, um grupo de ecoactivistas que assume a responsabilidade de fortalecer o mundo rural e lutar contra a crise ecológica através de acções de reflorestação, agroecologia política e educação. Temos em mãos o projecto Jardins Invisíveis, que pretende regenerar ecologias possíveis no espaço público de São Luís, encorajando práticas regenerativas e a reciprocidade com os sistemas naturais. Estamos a cuidar de um viveiro comunitário; estudamos e dedicamo-nos ao trabalho de antecipação. Na tentativa de travar o ecocídio, e por um território vivo, estabelecemos alianças com o Movimento Alentejo Vivo, o Grupo Ambiental Amigos das Fortes e o Juntos pelo Sudoeste. Porque o apelo ainda nos chama, caras e caros compartes, e é um apelo para a auto-suficiência colectiva, o decrescimento, o sustento e a desierarquização do convívio entre espécies. Em suma: «A Felicidade de Todos os Seres na Sociedade do Futuro», como o nosso anarquista nos transmitiu.

O cuidado está no centro do reencantamento, das nossas políticas de apoio mútuo. Filmar enquanto prática situada e relacional é a minha acção de cuidado para com este lugar e os seres que aqui vivem. Aqui, no lugar de Troviscais, todos os meus órgãos sensoriais estão bem despertos: os meus olhos vêem melhor, os meus ouvidos ouvem mais profundamente, a flora local enfeitiça-me com a sua fragância, fazendo-me rodopiar, deter-me e cheirar, tocar e acariciar, enquanto o sabor dos frutos e vegetais que cultivamos me parece incomparável. O Sol queima e ficamos cobertos de pó vermelho, a chuva vem e os caminhos vicinais inundam-se, praticamos o silvestre e abraçamos os seus encontros. Escolhermos estar aqui é existirmos numa frágil copresença, envolvidos no cuidado da terra.

O significado do meu nome é floresta e vejo-me a regressar à floresta do meu nome.

Agora caminho e percorro a biorregião de bicicleta.

E agora já não estou apenas a filmar, mas a viver entre vocês.

A respirar, a enraizar-me.

«Filmar é trabalho de seres vivos», diz-nos Tsushimoto Noriaki.

Poderá uma carta, ou um filme-carta, ser um gesto de cuidado? Poderão as nossas aldeias, as nossas vilas, as nossas cidades transformar-se em lugares de cuidado e convivialidade? Se continuo a filmar é para conjurar os auspícios do rural, as nossas várias e mutáveis formas de vida, a codependência radical que cerzimos juntos e que ao mesmo tempo nos cerze.

Com crescente gratidão,
Sílvia das fadas
Troviscais, de Maio a Novembro de 2020

1 «A Felicidade de Todos os Seres na Sociedade do Futuro», discurso redigido por António Gonçalves Correia, proferido por ocasião do V Congresso de Trabalhadores Rurais em Évora, em 16 de Dezembro de 1922, e publicado em edição de autor em 1923.

2 Agradeço a Francisca Bicho por ter partilhado comigo esta informação. Historiadora, tem publicados diversos artigos em torno de Gonçalves Correia, nomeadamente no jornal *A Batalha*.

3 The CARE COLLECTIVE: *Care Manifesto: The Politics of Compassion*. London/New York 2020.

4 D. Foreman and B. Haywood, *Ecodefense: A field guide to monkeywrenching*, Chico 2002

DEVEDORES À TERRA

FILIPE NUNES / FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Alentejo, Alentejo / Eu sou devedor à Terra / A Terra me 'stá devendo / Eu sou devedor à Terra / A Terra me 'stá devendo / A Terra paga-m'em vida / Eu pago à Terra em morrendo

A moda *Alentejo, Alentejo* eleva, nas suas vozes, o cante alentejano a património cultural imaterial da humanidade. O cante celebra e é devedor à Terra. Nascido por entre as searas e montados, a sua classificação comemorou o canto colectivo das práticas agrícolas das comunidades de camponeses e trabalhadores rurais.

Hoje o *Alentejo, Alentejo* deixou de ser a *Terra sagrada do pão*. As práticas agrícolas são outras, os camponeses desapareceram e são outros os *rurais*. Aqueles que por entre fileiras cerradas de olivais e amendoais intensivos e superintensivos pouco têm a comemorar e cantar. Vozes multilingues que não se ouvem na jorna, nem se reúnem nas tabernas com os filhos e netos dos outrora rurais e camponeses dos campos do grande Sul. Essa humanidade deserdada, numa Terra dessacralizada, é a face social e humana de um outro *Alentejo, Alentejo*. Agora numa outra paisagem que, em velocidade estonteante e contrária à calma da planície, veio desfigurar tudo aquilo que da Terra o cante alentejano celebrava.

Esse desencontro da natureza do cante alentejano com uma natureza que deixou de entoar e significar exemplifica bem o choque no qual hoje vivem as comunidades humanas das vilas e aldeias alentejanas. Quando a eterna promessa da água do Alqueva, cumprida com a transformação dos campos de sequeiro em regadio, se viu afinal canalizada para o uso quase exclusivo de uma mão-cheia de agronegócios do olival e do amendoal. As oportunidades que não as dos plenipotenciários Senhores da Terra pouco sobram para os outros. Sobram os trabalhos de capatazes e de habilitações técnicas sobre a nova massa dos novos trabalhadores rurais. Aí, é certo, talvez o cante não tenha perdido a actualidade: *Dás produto ao lavrador / Tua vida é um engano / É tão triste o teu valor / Camponês alentejano* (moda *Camponês Alentejano*).

E da mesma forma que a relação com a terra molda o *alentejano*, na ausência da sua posse e na sua eterna condição de assalariado rural (ou do que dele resta), a agricultura, por sua vez, desde sempre estruturou e moldou a paisagem no Alentejo.

As novas práticas agrícolas, com a implementação de monoculturas permanentes, trouxeram consigo um incremento substancial e em extensão dos revolvimentos de terra. Neste contexto o desenho industrial dos campos faz tábua rasa do desenho natural dos solos e linhas de água, logo contaminados pela utilização massiva de agroquímicos. Ocupando todo o metro quadrado disponível, o olival intensivo colou-se às casas e faz soar justificados alarmes no que respeita à saúde das populações, com a pulverização de pesticidas. Não bastassem já as aldeias e vilas sacrificadas pelos fumos e cheiros insuportáveis das fábricas de secagem de bagaço de azeitona em Fortes, Odivelas e Alvito.

A biodiversidade posta em causa, significa falar de um ecocídio. A homogeneização da paisagem num território, cuja estratégia agroindustrial de monoculturas extensivas foi suportada pelo investimento público de milhões no regadio, não só não resultou em nenhuma vaga de novos povoadores, como pomposamente se faz crer, como arrasa avassaladoramente os campos da sua flora e da sua fauna.

Quando toda uma paisagem e uma cultura histórica se vê assim substituída e praticamente extinta, dando lugar a uma nova realidade física, económica, social e antropológica, não é nenhum exagero falar de um ecocído. Por essa mesma razão, face à urgência em debater os resultados desse processo em marcha, um pouco por todo o Alentejo os movimentos informais das populações – desde iniciativas de abaixo-assinados a concentrações de protesto aqui e ali – e todo um conjunto de grupos mais ou menos organizados tomam forma pelo território. Uma luta pelo vasto território alentejano que, numa critica dos modelos depredatórios da agricultura e das monoculturas, ecoa num cante, dia para dia, mais colectivo. Um cante que na planície não celebra o olival de fileira industrial, junto daquele que na costa não celebra o plástico das estufas. Poderá ser este um novo cante alentejano?

Beja, 25 Setembro 2020

GAIA ALENTEJO

É TÃO GRANDE O ALENTEJO...

ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL AMIGOS DAS FORTES
Na defesa do património ambiental da região e pelas condições básicas de vida na aldeia de Fortes (Ferreira do Alentejo), cujos moradores pedem para ser salvos da poluição provocada pela fábrica de bagaço de azeitona da ZPO, com a qual convivem paredes meias desde há 12 anos.

MOVIMENTO ALENTEJO VIVO
«Não negamos que a instalação deste sistema levou ao incremento da rentabilidade económica directa das explorações agrícolas. Mas com estas mudanças vieram também os impactes ambientais previsíveis quando se instala um sistema com culturas em regime intensivo, nesta escala, sem que se tenham acautelado toda uma série de aspectos relacionados com o impacte no território, nas pessoas e no ambiente». O MAV nascido em Beja em 2019, luta pela implementação de legislação, regras e fiscalização adequadas aos impactos da agricultura intensiva e por uma agricultura sustentável que respeite o ambiente, o património, a saúde pública e a qualidade de vida. Integram a Associação Ambiental Amigos das Fortes, a Associação Ambiental ZERO, o Grupo de Pais de Alfundão e o Grupo Eco-Comunidades na Planície.

JUNTOS PELO SUDOESTE
Um movimento informal de Odemira e Aljezur pela defesa do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, face ao «avanço descontrolado das explorações agrícolas que tem vindo a arrasar um património natural único e de riqueza incalculável» e onde «a questão dos trabalhadores imigrantes é apenas uma consequência do principal problema que tarda em ser discutido e a ser posto em cima da mesa por parte do Governo e do Parlamento: a total desregulação, falta de fiscalização e de monitorização da actividade agroindustrial intensiva com ou sem plástico que se pratica em pleno Parque Natural»

GAIA ALENTEJO (GRUPO DE ACÇÃO E INTERVENÇÃO AMBIENTAL)
Sediados em São Luis, Odemira, germinando e «impulsionando estilos de vida ecológicos através de experiências de aprendizagem».

MOVIMENTO CHÃO NOSSO
Nascido em 2020 entre Avis e Serpa, preocupado «com as alterações que têm surgido nas últimas décadas na paisagem e que estão a comprometer o futuro do nosso território.»

ALA – ALENTEJO LITORAL PELO AMBIENTE
A partir de Sines, «motivados pela necessidade que temos de estar informados sobre os efeitos da poluição (atmosférica, marinha, do solo e aquíferos), e quais as medidas tomadas para a minimização dos seus efeitos e resolução dos problemas.»

LIXO HUMANO TERRITÓRIO ANIMAL

JOANA LEVI

Como parte do processo de pesquisa para a criação da *performance* RASANTE, em agosto fui visitar o aterro sanitário de Évora. Atualmente, mais de 50 aterros como este têm como funcionalidade a gestão do lixo produzido pela população portuguesa. A construção de aterros a céu aberto em Portugal teve início nos anos 90, como solução para o aumento da produção de resíduos que acompanha o crescimento populacional. Desde então, estes locais passaram a atrair algumas espécies de aves que fazem do lixo humano uma das suas principais fontes de alimento. Dentre tais espécies, encontra-se a cegonha-branca, cuja população sofreu uma diminuição drástica ao longo de quase todo o século XX, mais especificamente até à década de 80. Nos últimos 30 anos, esse quadro inverteu-se. Com o fácil acesso dessas aves aos resíduos humanos, a cegonha-branca aumentou exponencialmente a sua população, passando, inclusive, a ser vista por agricultores como uma nova «praga», que prejudica as plantações (mesmo que não existam evidências concretas de que estas aves causem um dano real aos plantios). Como consequência deste fenómeno, um artigo publicado em 2016 na revista *Movement Ecology* tinha como título a seguinte questão: «As cegonhas brancas são viciadas em *junk food*?» A resposta é dada pelas sensíveis alterações nos padrões migratórios dessas aves. Com fonte de alimento assegurada durante todo o ano, parte da população de cegonhas-brancas de Portugal simplesmente deixou de migrar. Os aterros são terra de cegonhas.